



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

Ofício Nº 220/2020 – GP

Leme, 24 de março de 2020.

Excelentíssimo Senhor,

Através do presente encaminhamento a essa Colenda Casa para apreciação o Projeto de Lei Complementar que *“Dispõe sobre o acréscimo de cargos no Quadro Geral do Pessoal do Executivo.”*

Para melhor análise da proposta encaminhamos a justificativa necessária a sua apresentação, bem como documentação anexa, no sentido de que a mesma faça parte integrante do Projeto de Lei ora apresentado.

Solicitamos que a presente proposta de Lei seja apreciada, discutida e ao final aprovada pelos Ilustres Vereadores, em **regime de urgência**, de conformidade com os artigos 190, I, 191, 192 e incisos e 193 parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores de Leme.

Por fim, aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência e nobres pares, meus votos de elevada estima e distinta consideração.

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO

Prefeito do Município de Leme

Ao Excelentíssimo Senhor,

JOSÉ EDUARDO GIACOMELLI

Presidente da Câmara dos Vereadores do Município de Leme/SP.

Nesta.



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº ____/2020

"Dispõe sobre o acréscimo de cargos no Quadro Geral do Pessoal do Executivo."

Artigo 1º - Fica acrescido ao Quadro de Cargos de Provimento Efetivo do Quadro Geral de Cargos do Pessoal do Executivo, mais 05 (cinco) cargos de Agente Administrativo, que passam a integrar o Anexo I-A da Lei Complementar 565, de 29 de dezembro de 2009, alterada pela Lei Complementar nº 618, de 28 de novembro de 2011, Lei Complementar nº 628 de 08 de março de 2012, Lei Complementar nº 658, de 27 de maio de 2013, Lei Complementar nº 774, de 03 de abril de 2019 Lei Complementar nº 796, 21 de novembro de 2019.


Denominação do Cargo	Qtde.	Grupo Salarial	Exigência	Jornada
Agente Administrativo	201	<u>GRUPO II,</u> <u>ANEXO III,</u> Lei Complementar nº565/2009, alterada pela LC nº 618/2011, LC nº 628/2012, LC nº658/2013, LC nº 774/2019 e LC nº 792/2019	Ensino Médio	40 horas

Artigo 2º – Ficam mantidos o Grupo Salarial, Exigência e Jornada estabelecidas pelas legislações em vigor para os respectivos cargos.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei serão suportadas pelas dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 4º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 24 de março de 2020.


WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor;
Vereador José Eduardo Giacomelli,
Presidente da Câmara Municipal de Leme/SP.

Senhor Presidente;

Respeitosamente, cumprimento Vossa Excelência e os Eminentíssimos Pares desta Veneranda Casa Legislativa, ao ensejo em que nos permitimos, com a especial vênica, usando das prerrogativas concedidas pela Lei Orgânica deste Município, encaminhar a esta respeitável Câmara Municipal, para a devida apreciação, em anexo o Projeto de Lei Complementar que *"Dispõe sobre o acréscimo de cargos no Quadro Geral do Pessoal do Executivo"*

A realidade atual de trabalho tem demonstrado uma maior demanda de pessoal para o exercício das atribuições do cargo de Agente Administrativo, encontrando-se já ocupadas, as vagas existentes no Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Executivo.

A contratação obedecerá a ordem de classificação de concurso público para o cargo.

Em cumprimento ao disposto no art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, estamos encaminhando a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador de despesas.

Ao apresentarmos este projeto a apreciação dessa Douta Câmara, estamos certos de que os senhores Vereadores saberão entender a relevância da matéria e que o mesmo merece rápida aprovação, solicitando que o mesmo ocorra em **regime de urgência**.

Pelas razões expostas, encaminhamos a apreciação dos Senhores Vereadores o presente Projeto de Lei, convictos do interesse público da proposta e do propósito de Vossas Excelências de melhor qualificar os serviços de atendimento da nossa população.

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO
Prefeito do Município de Leme



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Na qualidade de ordenador de despesas, DECLARO que o presente gasto dispõe de suficiente dotação e de firme e constante expectativa de suporte de caixa, conformando-se com as orientações do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Leme, 24 de março de 2020.

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO
Prefeito do Município de Leme



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Informação de Impacto Orçamentário nº 28/2020

Atendimento aos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000

Lei de Responsabilidade Fiscal

FINALIDADE: “DISPÕE SOBRE AUMENTO DE VAGAS NO QUADRO GERAL DO PESSOAL DO EXECUTIVO”.

Considerando que os limites da despesa com pessoal estabelecidos da LRF são:

- Limite de alerta: 48,6%
- Limite prudencial: 51,3%
- Limite máximo: 54%;

Considerando o índice de pessoal, **41,45%**, conforme o relatório do mês de Janeiro/2020;

Considerando as informações encaminhadas pelo Ofício nº 191/2020 - GP;


Considerando que o aumento mensal previsto é de **R\$ 9.562,86**;


Segue o impacto sobre o valor de pessoal e como ficaria o índice após esse aumento:

Valor da despesa no 1º exercício	2020	R\$	100.410,03
Impacto % da despesa no 1º exercício (Prefeitura)			76,000%
Valor da despesa no 2º exercício	2021	R\$	134.262,55
Impacto % da despesa no 2º exercício (Prefeitura)			0,098%
Valor da despesa no 3º exercício	2022	R\$	139.297,40
Impacto % da despesa no 3º exercício (Prefeitura)			0,098%

Índice apurado em Janeiro/2020	41,45%
Índice estimado para 2020 após aprovação dos Projetos de Lei	42,01%

Leme, 24 de Março de 2020.


Valéria Ap. Scatolini Otsuka
Diretora de Contabilidade
CRC: 1SP214845/O-7


Bruna Vieira Coelho Penteado
Chefe do Núcleo de Planejamento
e Orçamento


WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO
Prefeito do Município de Leme



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Atendimento aos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000

Lei de Responsabilidade Fiscal

FINALIDADE: “DISPÕE SOBRE AUMENTO DE VAGAS NO QUADRO GERAL DO PESSOAL DO EXECUTIVO”.

AUMENTO DE VAGAS E ALTERAÇÃO GRUPO SALARIAL					
Cargo	Cargos	Salário	Remuneração Mensal Total (Abono + Patronal)	Valor Mensal	Projeção de Abril a Dezembro/2020
Agente Administrativo	5	1.646,64	1.912,57	9.562,86	100.410,03
Total	5	1.646,64	1.912,57	9.562,86	100.410,03

Impacto	
Previsão Orçamentária Despesa Pessoal 2020 (Prefeitura)	131.914.240,00
Aumento estimado para 2020 - proposto no projeto de lei	100.410,03
Impacto sobre a despesa orçada total de pessoal 2020	0,076%

Orçamento previsto - Despesa com Pessoal	2020	R\$ 131.914.240,00
Valor da despesa no 1º exercício		R\$ 100.410,03
Impacto % da despesa no 1º exercício		0,076%

Orçamento projetado - Despesa com Pessoal	2021	R\$ 136.861.024,00
Valor da despesa no 2º exercício		R\$ 134.262,55
Impacto % da despesa no 2º exercício		0,098%

Orçamento projetado - Despesa com Pessoal	2022	R\$ 141.651.159,84
Valor da despesa no 3º exercício		R\$ 139.297,40
Impacto % da despesa no 3º exercício		0,098%

Obs: *Para projetar os valores para 2021 e 2022 foi usado o percentual de 3,75% e 3,50% respectivamente, conforme Resolução nº 4.671 de 26/06/2018 e nº 4.724 de 27/06/2019, do Banco Central do Brasil.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME - SP - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FEVEREIRO/2019 A JANEIRO/2020

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	161.962.451,54	-
Pessoal Ativo	137.686.987,35	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	123.003.311,56	-
Obrigações Patronais	14.683.675,79	-
Benefícios Previdenciários	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	24.275.464,19	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	21.245.294,43	-
Pensões	3.030.169,76	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS(II)(§ 1º do art. 19 da LRF)	24.186.013,94	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	81.819,21	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	24.104.194,73	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	137.776.437,60	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	332.375.360,72	-
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§13, art. 166 da CF)	-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	332.375.360,72	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	137.776.437,60	41,45
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	179.482.694,79	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	170.508.560,05	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	161.534.425,31	48,60

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 24/Mar/2020, 12h e 50m.

1.Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota:

Prefeitura Municipal de Leme - SP
Poder Executivo
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Projeções para 2020
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	163.831.009,01	-
Pessoal Ativo	137.686.987,35	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	24.104.194,73	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
Reestruturação de Cargos Guarda Civil (Inf nº 01/2020)	283.887,58	-
Piso Salarial Agentes de Saúde (Inf nº 08/2020)	106.547,27	-
Estatuto da Guarda (Inf nº 09/2020) - substituído	-	-
Estatuto da Guarda (Inf nº 14/2020) - substituído	-	-
Estatuto da Guarda (Inf nº 18/2020)	1.214.384,49	-
Aumento de vagas e alteração grupo salarial (Inf nº 21/2020)	334.597,56	-
Aumento de vagas (Inf nº 28/2020)	100.410,03	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF)(II)	24.186.013,94	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	81.819,21	-
Despesas de Exercícios Anteriores	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	24.104.194,73	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL(III) = (I-II)	139.644.995,07	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Valor	% sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(V)	332.375.360,72	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	139.644.995,07	42,01%
LIMITE MÁXIMO (incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	179.482.694,79	54,00%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF)	170.508.560,05	51,30%
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art.59 da LRF)	161.534.425,31	48,60%

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

